



ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE MACEIÓ

Aos nove dias do mês de agosto do ano dois mil e vinte e dois, às dez horas, foi realizada, por videoconferência, através da plataforma Google Meet e presencial, em razão das medidas de contenção da pandemia da COVID-19, a Vigésima Sexta Reunião Ordinária do Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Maceió, sob a presidência da Sra. Ana Carolina Souza do Bomfim, representante da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA), contando com a presença dos representantes do **Poder Público**: Diogo Holanda Pinheiro (Titular) – Administração do Porto de Maceió; Antônio Carlos Costa (Suplente) – Administração do Porto de Maceió; Amaildo Tonidandel (Suplente) Receita Federal do Brasil (RFB) - da **Classe Empresarial**: Maurício Eduardo de Toledo (Titular) – Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (ABTRA); Aluízio de Souza Sobreiro (Titular) – Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) e dos **Trabalhadores Portuários**: Jabson Levino Silva (Suplente) – FNP, Maxwell Pontes de Lima (Titular) FNP, José Fernandes Costa Neto (Suplente) – FNE.

Item 1 – Expediente:

- **Subitem 1.1 – Leitura e aprovação da Ata da 25ª Reunião Ordinária de 2021.** Por unanimidade, o Conselho aprovou integralmente a referida ata, autorizando sua publicação.

- **Subitem 1.2 – Apresentação e Posse dos Conselheiros.**

Após as devidas apresentações, a Presidente deu posse aos representantes abaixo relacionados, pelo período de 2 (dois) anos, ficando registrando que os termos de posse serão encaminhados aos envolvidos, por correio eletrônico, com vistas à assinatura e posterior restituição para arquivo deste Colegiado:

- Maurício Eduardo de Toledo (Titular) – Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (ABTRA) indicado pela Receita Federal do Brasil, reconduzido conforme Portaria nº 942, publicada no Diário Oficial da União de 28 de julho de 2022;
- Angelino Caputo e Oliveira (Suplente) – Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (ABTRA) indicado pela Receita Federal do Brasil, reconduzido conforme Portaria nº 942, publicada no Diário Oficial da União de 28 de julho de 2022;
- Diogo Holanda Pinheiro (Titular) – Administração do Porto de Maceió indicado pela Administração do Porto de Maceió-APMC, conforme Portaria nº 941, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2022;



• **Subitem 1.3 Leitura e distribuição de documentos recebidos.**

A Presidente indagou se todos haviam recebido os itens de pauta. Todos confirmaram que sim. Em seguida, a secretária do CAP informou que recebeu e-mail das Conselheiras Mônica e Sônia, da ANVISA, comunicando transferência e aposentadoria, respectivamente, e do representante titular da Marinha, Weldell Petrocelli de Lima, que informou que será substituído, tendo em vista passagem de cargo de Capitão dos Portos. Prosseguindo, registrou que o convidado permanente da ANTAQ comunicou a impossibilidade de sua participação na 26ª reunião. O Conselheiro Amaildo Tonidandel (Suplente), da Receita Federal do Brasil (RFB), registrou que o representante titular da RFB se aposentou e que está sendo providenciada sua substituição.

• **Subitem 1.4 – Comunicações e avisos.**

Não houve.

Item 2 – ORDEM DO DIA:

• **Subitem 2.1. Relatório Mensal de movimentação do Porto de Maceió, com comparativo em relação ao mesmo período do ano anterior.**

A Presidente passou a palavra ao Conselheiro Diogo Holanda Pinheiro. Foi informado que a movimentação do Porto teve um acréscimo de 17,47% em relação ao mesmo período do ano anterior, passando de 1.190.862 ton para aproximadamente para 1.398.875 ton. A movimentação de graneis sólidos cresceu aproximadamente 14% e de graneis líquidos 21,63%. Destacou que a movimentação de gasolina e de petróleo bruto cresceu em torno de 50%, além disso houve aumento na movimentação do sal pela Braskem e o início da operação de cobre pela empresa Vale Verde, onde no primeiro semestre do ano anterior não houve movimentação e no primeiro de 2022 tivemos uma movimentação de aproximadamente de 44 mil toneladas. Em seguida, a Presidente solicitou informação em relação aos arrendamentos MAC 11 e 12. Sendo respondido que foi informado que houve algumas modificações sugeridas pelo TCU e após providências o material foi devolvido para aprovação do edital, com previsão para realização do leilão em outubro/2022, com perspectiva de uma boa outorga.

• **Subitem 2.2 - Manutenção da infraestrutura terrestre, elétrica e aquaviária do Porto de Maceió.**

A Presidente passou a palavra ao Conselheiro Diogo que registrou a realização de soluções paliativas para melhoria na infraestrutura em geral. Há grande expectativa para a outorga relativa ao Terminal Açucareiro, cujo leilão está previsto para acontecer em outubro, já que o porto não possui condições financeiras para realização dos investimentos necessários. Citou avanços realizados, como a licitação de placas



de concreto e o melhoramento de alguns trechos da via de acesso ao porto. Informou que o porto está na expectativa para início das obras previstas no contrato da EMPAT. A Presidente indagou quais são os investimentos mais urgentes para o Porto de Maceió. Diogo informou que são: ISPS CODE, as vias de acesso interno, drenagem próximo aos galpões, melhoraria das condições de trabalho da Guarda Portuária. Reiterou que o Porto de Maceió, hoje, não possui recursos para tais melhorias, já que o orçamento está em sua maioria comprometido com alguns parcelamentos e compromissos mensais. O Conselheiro Amaildo Tonidandel registrou o recebimento do Ofício da ANTAQ em relação a concessão da Braskem para manifestação e que acredita que na próxima semana a Receita devolverá a documentação, com despacho favorável. O Conselheiro Diogo Holanda agradeceu a parceria.

- **Subitem 2.3 – Principais assuntos debatidos pelo CONSAD/CODERN**

A Presidente passou a palavra ao Conselheiro Diogo que informou que na reunião do CONSAD não houve nenhum assunto relevante a ser compartilhado com o Colegiado.

- **Subitem 2.4 – Estrutura Tarifária padronizada com reajuste referente ao período de 07.05.2015 a 30.04.2022/Resolução ANTAQ 61 de 30.11.2021.**

A Presidente passou a palavra ao Conselheiro Diogo que registrou que a APMC está analisando atentamente os efeitos da Resolução, tendo em vista grande mudança da forma de cobrança em relação armazenagem, que passou a ser diária, e não mais pela carga movimentada, mas pela carga do navio. Ressaltou que o fertilizante, quando chega ao Porto de Maceió, já foi distribuído em outros portos, aumentando o custo para quem está trazendo a carga. Devido várias dúvidas em relação ao assunto, foi designada uma Comissão para realizar tratativas com a ANTAQ para que o Porto não perca movimentação de carga. Este assunto será discutido, também, com o Ministério da Infraestrutura, pois a nova tarifa possivelmente será homologada nesses 30 a 40 dias. O Conselheiro Mauricio contribuiu informando que esse assunto é discutido por todos os portos, inclusive tem portos que está com ações judiciais. Ressaltou que, em seu entendimento, a cobrança pelo volume pode interferir inclusive em navios de contêineres, e que a lógica seria a cobrança do volume movimentado naquele porto. O Conselheiro Aluizio registrou desconhecer o assunto e que, estando em Brasília, irá procurar Eduardo Nery, Diretor-Geral da ANTAQ, para entender melhor o assunto, alertando que deve ser observada a diferença de contêineres para graneis, com tratamento específico, pois devemos observar pelo aspecto da carga. A Presidente registrou que o Conselheiro Diogo comentou que haverá uma reunião com a ANTAQ para tratar do assunto, sugerindo continuar com este ponto de pauta para próxima reunião. Sendo sugerido pelo Conselheiro Aluizio quem tiver esclarecimento sobre o assunto que divulgue para que possamos acompanhar. O Conselheiro Maurício sugeriu que a Presidente se inteirasse melhor do assunto com Mayara da Associação dos Portos. O Conselheiro Jabson registrou que, a princípio, sem analisar profundamente a resolução, acha que ela é justa.

3 ASSUNTOS GERAIS

A Presidente indagou se algum conselheiro teria assunto para este item. 1. O Conselheiro Jabson



Levino questionou ao Conselheiro Diogo sobre a data base da classe, que recebeu um reajuste de 2020 a 2021 bem abaixo da inflação. Informou que os trabalhadores fizeram paralização, das 7h até as 11h da manhã, mas a Justiça mandou parar, alegando que se trata de atividade essencial. Entretanto, pontuou, quando se fala de reajuste, não se trata de uma atividade essencial. Informou sobre corte no adicional de 50% para 20%, diferente de outros portos como Santos e Vitória. Considerando que o processo está em análise pela SEST em Brasília, pediu apoio à presidente do CAP, que representa o Ministério, para saber do andamento do processo e pedir celeridade. O Conselheiro Diogo informou que vem dialogando com o Conselheiro Jabson sobre o assunto e que está atendendo às diretrizes da SEST. Informou que encaminhou para essa Secretaria as questões trazidas sobre o percentual de reajuste maior nos outros portos e sobre o corte no adicional. Registrou preocupação com o tempo transcorrido para análise da matéria na SEST. A Presidente solicitou o número do processo que fez o encaminhamento para o Ministério da Economia para verificar o andamento e que irá conversar com o Sr. Otto Burlier, diretor na SNPTA que acompanha a pauta e que tem o contato direto com a SEST. Caso for preciso, irá solicitar uma reunião. 2. O Conselheiro Maurício indagou ao Conselheiro Diogo se tem algum comentário a fazer sobre a passagem da EPL pelo Porto de Maceió no processo de elaboração do Plano Mestre. O Conselheiro Diogo informou que foi produtiva, que a equipe passou 4 dias no Porto, visitando as áreas arrendadas e conhecendo toda sua infraestrutura e gestão. Pontuou que a APMC apresentou suas expectativas a serem consideradas no Plano Mestre, como a movimentação de novas cargas, não apenas o que já é movimentado ou movimentou-se. O Conselheiro Maurício registrou a importância de Brasília vir e colocar o pé no chão dos Portos e entender realmente a problemática, porque há sérios problemas de regulação e outras dificuldades. O Conselheiro Aluizio pontuou que o plano mestre é o orientador e que a EPL deve considerar que o Porto de Maceió sofreu transformações relevantes nos últimos três anos, que eles estão com uma visão ultrapassada. Registrou que seria importante a EPL encaminhar o material apresentado com antecedência para que o Conselho possa fazer contribuições, deixando o processo mais pragmático. A Presidente concordou com as sugestões e informou que irá levar para a área responsável na SNPTA. O Conselheiro Jabson ressaltou que quando o CAP era deliberativo os assuntos com PDZ e outros eram trazidos ao Conselho, que entende que tem que voltar a ser assim. A Presidente informou que a reunião com a EPL ocorreu justamente para ter essa proximidade com o colegiado, com a autoridade portuária, e que o planejamento do Porto, tanto plano mestre como PDZ, tem que ser discutido com o CAP. A Presidente agradeceu a presença de todos informou que a próxima reunião tem previsão para ocorrer em outubro, em data a ser confirmada.

• 4 ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS.

Não havendo outro assunto a ser tratado, a Presidente deu por encerrada a Vigésima Sexta Reunião Ordinária do CAP do Porto de Maceió, da qual eu, Tânia Maria Ferreira Silva de Melo, Secretária, lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim, pela Presidente e pelos Conselheiros presentes.



CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE MACEIÓ

Em atendimento às medidas de isolamento social, esta Ata não traz a assinatura física de todos os signatários, os quais têm plena ciência de seu conteúdo. Em sua 26ª Reunião Ordinária, de 09 de agosto de 2022, o Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Maceió determinou a publicação deste documento no site da Administração do Porto de Maceió, apenas com a assinatura da Secretária do Conselho, até que se normalize a atual situação do enfrentamento mundial à pandemia do coronavírus.